

**Regulamento dos concursos especiais de ingresso no ensino superior para  
titulares dos cursos de dupla certificação do ensino secundário e cursos  
artísticos especializados  
da  
Escola Superior de Tecnologias de Fafe**

**Disposição geral**

O presente regulamento visar dar cumprimento ao estabelecido no Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 11/2020, de 2 de abril, especificando os critérios de seriação dos concursos especiais de ingresso no ensino superior para titulares dos cursos de dupla certificação do ensino secundário e cursos artísticos especializados.

**Artigo 1.º**

**Âmbito**

1 – Seguindo o articulado do Artigo 13.º-A do Decreto-Lei n.º 11/2020, o presente regulamento abrange os titulares das seguintes ofertas educativas e formativas de dupla certificação de nível secundário, conferentes do nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações:

- a) Cursos profissionais;
- b) Cursos de aprendizagem;
- c) Cursos de educação e formação para jovens;
- d) Cursos de âmbito setorial da rede de escolas do Turismo de Portugal, I. P.;
- e) Cursos artísticos especializados;
- f) Cursos de formação profissional no âmbito do Programa Formativo de Inserção de Jovens da Região Autónoma dos Açores.

2 – São ainda abrangidos pelo concurso especial os estudantes titulares de:

- a) Cursos artísticos especializados de nível secundário da área da música;
- b) Cursos de Estado-Membro da União Europeia, legalmente equivalentes ao ensino secundário português, conferentes de dupla certificação, escolar e

profissional, e conferentes do nível 4 de qualificação do Quadro Europeu de Qualificações;

- c) Outros cursos não portugueses, legalmente equivalentes ao ensino secundário português, conferentes de dupla certificação, escolar e profissional, nas situações em que os candidatos em causa tenham nacionalidade portuguesa.

## Artigo 2.º

### Condições de acesso

1 – Podem candidatar-se ao acesso aos seguintes cursos de licenciatura da Escola Superior de Tecnologias de Fafe (ESTF), através dos concursos regulados pelo presente regulamento, os titulares das qualificações referidas no artigo anterior provenientes de formações das seguintes áreas de educação e formação da classificação nacional de áreas de educação e formação (CNAEF):

- a) Licenciatura em Gestão: alunos provenientes das áreas de educação e formação 341 – Comércio, 342 – Marketing e Publicidade, 343 - Finanças, Banca e Seguros, 344 – Contabilidade e Fiscalidade, 345 – Gestão e Administração, 346 - Secretariado e Trabalho Administrativo e 347 - Enquadramento na Organização/Empresa.
- b) Licenciatura em Contabilidade: alunos provenientes das áreas de educação e formação 341 – Comércio, 342 – Marketing e Publicidade, 343 - Finanças, Banca e Seguros, 344 – Contabilidade e Fiscalidade, 345 – Gestão e Administração, 346 - Secretariado e Trabalho Administrativo e 347 - Enquadramento na Organização/Empresa
- c) Licenciatura Informática de Gestão: alunos provenientes das áreas de educação e formação 481 – Ciências Informáticas e 523 – Eletrónica e Automação;
- d) Licenciatura em Turismo: alunos provenientes das áreas de educação e formação 811 – Hotelaria e Restauração e 812 – Turismo e Lazer.

### Artigo 3.º

#### **Condições de ingresso específicas**

1 – O acesso e ingresso ao abrigo do concurso especial a que se refere o presente regulamento depende da obtenção pelo candidato de classificações iguais ou superiores a 95 pontos, na escala de 0 a 200, em cada um dos elementos de avaliação referidos no número seguinte.

2 – A classificação de acesso aos cursos de Licenciatura da Escola Superior de Tecnologias Fafe resulta:

- a) Da classificação final do curso obtida pelo estudante (com uma ponderação de 50 %);
- b) Das classificações obtidas (com uma ponderação de 20 %):
  - i) Na prova de aptidão profissional, no caso de titulares dos cursos profissionais;
  - ii) Na prova de aptidão final, no caso dos diplomados dos cursos de aprendizagem;
  - iii) Na prova de avaliação final, no caso de titulares dos cursos de educação e formação para jovens
  - iv) Nas provas de avaliação final dos módulos constantes dos planos curriculares dos cursos organizados de acordo com a Portaria n.º 57/2009, de 21 de janeiro, na sua redação atual, no caso dos titulares daqueles cursos;
  - v) Nas provas de avaliação final de competências em turismo dos cursos organizados de acordo com portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do turismo, da educação e da formação profissional, no caso dos titulares de cursos de âmbito setorial da rede de escolas do Turismo de Portugal, I. P.;
  - vi) Na prova de aptidão artística, no caso dos titulares dos cursos artísticos especializados;

vii) Na prova de avaliação final, no caso dos titulares dos cursos de formação profissional no âmbito do Programa Formativo de Inserção de Jovens da Região Autónoma dos Açores;

c) Das classificações de provas teóricas ou práticas de avaliação dos conhecimentos e competências consideradas indispensáveis ao ingresso e progressão no ciclo de estudos a que se candidata (com uma ponderação de 30 %).

3 – Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, para efeitos das candidaturas por parte dos titulares de:

- a) Cursos de Estado-Membro da União Europeia, legalmente equivalentes ao ensino secundário português, conferentes de dupla certificação, escolar e profissional, e conferentes do nível 4 de qualificação do Quadro Europeu de Qualificações;
- b) Outros cursos não portugueses, legalmente equivalentes ao ensino secundário português, conferentes de dupla certificação, escolar e profissional, nas situações em que os candidatos em causa tenham nacionalidade portuguesa.

As provas referidas na alínea b) do n.º 2, do artigo 3.º podem ser substituídas pelas provas finais homólogas dos respetivos sistemas de ensino, por decisão do órgão legal e estatutariamente competente, nos termos e condições fixados por deliberação da CNAES;

As provas referidas na alínea c) do n.º 2, do artigo 3.º podem ser realizadas através de plataformas tecnológicas ou por teleconferência, desde que haja condições que assegurem a fiabilidade da avaliação desenvolvida.

#### Artigo 4.º

##### **Das provas teóricas ou práticas de avaliação de conhecimentos e competências**

1 – As provas referidas na alínea c, do número 2 do artigo anterior são realizadas pela ESTF.

2 – Os candidatos às licenciaturas através do presente regulamento realizam as provas em data a definir pela Direção da Escola Superior de Tenologias de Fafe.

3 – As provas a realizar, por curso, são as que se apresentam abaixo e a respetiva matriz e procedimentos, em anexo, é parte integral deste regulamento:

- a) Licenciatura em Gestão: Prova de avaliação de conhecimentos e competências em Português.
- b) Licenciatura em Contabilidade: Prova de avaliação de conhecimentos e competências em Português.
- c) Licenciatura em Informática de Gestão: Prova de avaliação de conhecimentos e competências em Matemática.
- d) Licenciatura em Turismo: Prova de avaliação de conhecimentos e competências em Português.

4 – O Conselho Técnico-Científico da Escola Superior de Tenologias de Fafe nomeia, de entre o seu corpo docente, um professor da área científica da prova para a sua realização e avaliação.

#### Artigo 4.º

##### **Vagas e prazos**

- 1 – O número de vagas para cada ciclo de estudos é fixado anualmente pelo órgão estatutariamente competente da Escola Superior de Tenologias de Fafe, tendo como base os valores aprovados pela DGES.
- 2 – Os prazos para a realização das candidaturas, matrículas, inscrições, provas e para o início das atividades letivas decorre de acordo com o calendário anualmente fixado pelo órgão estatutariamente competente da Escola Superior de Tenologias de Fafe.
- 3 – O calendário fixado nos termos do número anterior é divulgado na página da Escola, podendo haver mais do que uma fase de candidatura e de realização das Provas de Avaliação de conhecimentos e competências.

#### Artigo 5.º

##### **Candidatura e documentos**

- 1 – A candidatura está sujeita ao pagamento do emolumento previsto na Tabela de Emolumentos da Instituição.

2 – A candidatura ao Ciclo de Estudos é feita junto dos serviços académicos da Escola Superior de Tenologias de Fafe, em Medelo – Fafe ou através da presença *online* destes serviços, fazendo prova da titularidade das condições específicas de ingresso constantes da alínea a) e b) do artigo 13.º C do Decreto-Lei n.º 11/2020, do pagamento dos emolumentos devidos, e demais condições estabelecidas pelo presente regulamento.

#### Artigo 6.º

##### **Seriação**

1 – A condução do processo de admissão a concurso e seriação dos candidatos é da competência da Coordenação de Curso respetiva.

2 – A seriação é feita através da aplicação das ponderações descritas no artigo 3.º deste regulamento.

3 – Sempre que dois ou mais candidatos em situação de empate após a seriação disputem o último lugar, são utilizados sequencialmente os seguintes critérios: i. classificação final do curso obtida pelo estudante, ii. classificações de provas teóricas ou práticas de avaliação dos conhecimentos, iii. classificação obtida nas provas indicadas na alínea c, do n.º 2, do artigo 3.º do presente regulamento.

#### Artigo 7.º

##### **Divulgação dos resultados**

A lista seriada dos candidatos, com a indicação de colocado, não colocado, ou excluído – com a necessária fundamentação – é divulgada no *site* do Instituto de Estudos Superiores de Fafe.

#### Artigo 8.º

##### **Matrícula e inscrição**

1 – Os candidatos admitidos devem realizar a sua matrícula e inscrição no prazo fixado no calendário referido no n.º 2 do artigo 4.º deste regulamento.

2 – A matrícula implica também a inscrição do estudante.

3 – Não é devolvido o pagamento feito pela matrícula e inscrição em caso de desistência por motivos imputáveis ao estudante.

#### Artigo 9.º

##### **Omissões e dúvidas**

As omissões e dúvidas suscitadas na aplicação do presente regulamento são resolvidas por despacho do órgão estatutariamente competente da Escola Superior de Educação de Fafe, fundamentado na legislação aplicável e nos regulamentos gerais e estatutos da Escola Superior de Tecnologias de Fafe.

#### Artigo 10.º

##### **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

O Diretor da Escola Superior de Tecnologias de Fafe,

*Miguel Jorge Rodrigues de Magalhães*

## **Anexo I**

### **Prova de Avaliação de Conhecimentos e Competências em Português**

#### **Características da prova para avaliação de conhecimentos e competências**

A prova de avaliação de conhecimentos e competências de Português inclui uma parte escrita e uma parte oral. A primeira, com duração de 120 minutos, é cotada de 0 a 140 valores. A segunda, com duração de 20 minutos, é cotada de 0 a 60 valores.

#### Escrita

1 – Exposição sobre um tema – Apreciação crítica (de debate, de filme, de peça de teatro, de livro, de exposição ou outra manifestação cultural), Texto de opinião (até 70 valores)

2 – Gramática (até 70 valores)

- a) O português: génese, variação e mudança
- b) Sintaxe
- c) Lexicologia
- d) Linguística textual
- e) Semântica

#### Oralidade

1 – Compreensão oral (até 30 valores)

- a) Diálogo argumentativo, Debate

2 – Expressão oral (até 30 valores)

- b) Texto de opinião, Diálogo argumentativo, Debate

#### **Aprovação na Prova de Avaliação de Conhecimentos e Competências**

1 – São considerados como aprovados na Prova os candidatos que consigam uma classificação igual ou superior a 95 valores.



### **Ordenação dos candidatos na Prova**

A ordenação dos candidatos é feita pela ordem decrescente da nota de classificação final.

### **Responsável pela prova escrita de Avaliação**

- 1 – O docente ou docentes responsáveis pela organização das provas escritas são docentes titulares do grau de doutor ou de mestre na área científica da prova, nomeados pelo Conselho Técnico-Científico.
- 2 – O responsável pela prova escrita e pela prova oral disponibiliza no momento de candidatura: i. o material de estudo necessário para a realização da prova, incluindo bibliografia específica para cada um dos conteúdos, ii. o calendário da sua disponibilidade para sessões de orientação de estudo ou esclarecimento de dúvidas.
- 3 – O responsável pela prova deve:
  - a) criar um enunciado de teste escrito e oral capaz de refletir os conteúdos e os referenciais definidos,
  - b) estar presente no momento da realização da prova,
  - c) apresentar os resultados da correção da prova, acompanhados dos critérios e grelhas de correção no prazo definido pelo órgão estatutariamente competente da Escola Superior de Tecnologias de Fafe.

Aprovado em Conselho Técnico-Científico da ESTF em 15 de maio de 2020.